Um dos êxitos do capitalismo foi conseguir que a reprodução da força de trabalho siga sendo realizada como trabalho escravo pela mulher. E faz isto mediante uma enorme pressão cultural, e retirando da maioria das mulheres a possibilidade de independência econômica. Sobre esta base de desigualdade se institui a família. Porém, quando a crise joga na miséria a camadas cada vez maiores de trabalhadores, com suas sequelas de decomposição social, violência e abandono, esta desigualdade se torna a base do femicídio que percorre o planeta.

Patrícia López

CADERNO TEÓRICO – POLÍTICO

PRÁXIS

Nº3

Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie

Uma crítica marxista da família

Patricia López

8- Um exemplo típico da falta de estratégia de muitas correntes feministas é o de colocar como inimigo das mulheres o "coletivo de homens" ao mesmo nível que o Estado ou a Igreja, ou a referir-se "às igrejas" incluindo ali os partidos marxistas.

9- Citado por Scheila Rowbotham em Hidden from History.

10- Marçal Solé e Paso Gredilla, *La lucha por la liberación gay y lesbiana*.

11- Recordemos que o salário, como o preço de qualquer mercadoria, não pode reduzir-se mais além do necessário para alcançar a reposição dessa mercadoria: deve alcançar para que o trabalhador retorne diariamente ao seu posto alimentado e descansado. E também para repor a força de trabalho em longo prazo, com a produção de novos trabalhadores. Ao se realizar como trabalho doméstico gratuito, esses serviços são mais baratos que se o trabalhador tivesse que comprá-los no mercado pelo qual o salário se abarata.

12- Ainda que não sempre seja assim. A entrada massiva das mulheres ianques na produção durante a II Guerra Mundial, e o posterior intento do governo de devolvê-las a sua casa, constituiu um campo fértil para o desenvolvimento do movimento feminista dos anos 60.

13- Mary Alice Waters, *Marxismo y feminismo*, Fontamara, 1989, pp. 81-83.

14- Monique Wittig, *La mente hétero*, Nova York, 1978.

15- Instituto Nacional contra a Discriminação, cuja diretora encabeçava as Marchas do Orgulho com
a consigna de matrimônio gay.

16- Discurso dirigido a Terceira Conferência Sindical sobre a Proteção às Mães e aos Filhos, dezembro de 1925. Citado em Leon Trotsky, Caroline Lund, Elizabeth Bames, *La liberación de la mujer*, Elevé, 1971. Destaques nossos.

CADERNO TEÓRICO – POLÍTICO

PRÁXIS **Nº3**

Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie

ÍNDICE

-Apresentação.....3
-A luta contra a opressão patriarcal-capitalista ganha o mundo.....4
-Luta contra a opressão de gênero e luta anticapitalista.....4
-O movimento feminista no Brasil.....6
-A libertação da mulher é uma ação político-social 7
-Modelo patriarcal de família é base de sustentação do capitalismo.....8
-Origem e natureza do patriarcado no Brasil.....9
-Heranças do passado patriarcal-colonial.....10
-O Brasil é o país do femicídio.....10
-Vivenciamos ainda no cotidiano aspectos do Brasil colonial.....11
-A hora e a vez das mulheres
-Entramos em um novo ciclo no movimento de mulheres.....12
-Uma crítica marxista da família 14
-A situação do movimento de mulheres na argentina.....15
-Busca-se uma estratégia.....19
-As funções da família no capitalismo.....20
-A abolição da família.....23
-A luta contra a herenormatividade.....24
-Luta de gênero e luta socialista 26

Notas.....31

Editoração : Martin Camacho

Tradução: Antonio Soler

Autora: Patrícia López

Ano : 2013

Edições : Práxis e independentes

Email: grupo.praxis@yahoo.com.br

Blogs: praxisbr.blogspot.com.br

Web: www.socialismo-o-barbarie.org

Notas:

1- Além do recrudescimento da cruzada mundial contra o direito ao aborto, na Argentina os bispos a empreenderam contra a educação sexual pública tibiamente impulsionada pelo governo, por considerá-la "neomarxista e baseada no conceito de gênero". Além disso, invadiram com centenas de militantes católicas das oficinas sobre Anticoncepção e Aborto do último Encontro Nacional de Mulheres, com a cumplicidade das dirigentes desse evento (militantes do estalinista Partido Comunista Revolucionário, aliado a Igreja e a Sociedade Rural). Católicas e estalinistas foram arrastadas das oficinas a pontapés pelas participantes do Encontro.
2- O imperialismo gastou incontáveis milhões em subsidiar tudo isto. Mas não o fez, no entanto, com a intenção de fortalecer o movimento das mulheres, mas para financiar sua decomposição, como explicamos na primeira parte deste texto.

3- Nos encontros está proibido votar, porque não se deve obrigar a nenhuma mulher a obrigar-se a ações que não compartilhe, e o encontro funciona em oficinas separadas sem nenhuma instância de decisão conjunta. As declarações políticas do evento correm por exclusiva conta da comissão organizadora.

4- Para um relato pormenorizado dos fatos, vide o periódico do Novo MAS, Socialismo ou Barbárie 162.

5 -Este conceito, imposto pelo combativo movimento feminista dos anos 60, é uma grande conquista teórica mulheres. Consiste em separar os sexos biológicos dos atributos que se lhes impões socialmente: homem agressivo, racional e criador, mulher passiva, emocional e maternal. Parte do socialmente imposto é a eleição de casais do sexo oposto.

6- Um fenômeno muito comentado (que parece feito para dar razão a Adam Smith no terreno do trabalho de reprodução) tem preocupado os estadistas imperialistas: os europeus não se reproduzem. Quanto a reprodução da força de trabalho massiva, o imperialismo resolve o problema utilizando outro sujeito social para realizá-la: as mulheres pobres do Terceiro Mundo. Porém, subsiste a preocupação pela reprodução da classe media europeia, que ainda que sempre seja menor também é necessária para o sistema. Por ora, os intentos de alguns governos, como o de Sarkozy, por cercear direitos como o aborto legal foram recebidos com um contundente repúdio por parte das mulheres, que o fez retroceder pelo momento.

7- Por nossa parte, não confiamos em nenhuma solução "de fato" a opressão das mulheres. Cremos que na transição do capitalismo ao socialismo a consciência é tudo e o automatismo nada. Se não há programa feminista consciente para levar adiante a tarefa de socialização do trabalho doméstico e a integração plena das mulheres a todos os setores da produção social, estas não ocorrerão e, portanto, tampouco ocorrerá o socialismo. Por isso lutamos desde hoje para desenvolver a luta feminista e integrá-la a luta socialista..

"Lênin nos ensinou a avaliar os partidos da classe operária de acordo com sua atitude frente às nações oprimidas. Por quê? Se tomamos, por exemplo, o operário inglês, será relativamente fácil despertar nele a solidariedade com o proprietário de seu próprio país. Contudo, que se sinta solidário com um coolie chinês, que o trate como um irmão explorado, será muito mais difícil, já que isto implicará romper com uma concha de arrogância nacional solidificada durante milênios, não durante séculos.

"Da mesma maneira, camaradas, solidificou-se durante milênios, não durante séculos, a concha dos prejuízos do chefe da família frente à mulher e os filhos; tenhamos em conta que a mulher é o coolie da família. Vós deveis ser a escavadeira moral que arrase com este conservadorismo enraizado na escravidão, nos prejuízos burgueses, e nos da mesma classe operária, que nisto arrasta o pior das tradições camponesas. E todo revolucionário consciente se sentirá obrigado a apoiá-lo com todas suas forças".

Apresentação

Vivemos um período, pós-queda do Muro de Berlin, onde as ideologias que pregavam o *fim da história*, o fim da centralidade da *categoria trabalho*, a falência da *forma partido* são postas abaixo com a retomada da radicalização da luta de classes. Radicalização que ocorreu na América Latina no processo que denominamos de *rebeliões populares* no início do século. Rebelião essa que agora após a primeira grande crise econômica mundial do século se estende para outras regiões do mundo, Norte da América, Europa e Norte da África.

Esse novo ciclo de rebeliões se dá no centro econômico e político mundial recolocando em cena *atores políticos*, como a classe operária por exemplo, que haviam nas ultimas décadas não desempenhado papel protagonista na luta de classes. Mas, a onda de radicalização política e o destino dramático de milhões de pessoas em todo o mundo - por conta dos pacotes de ajustes que procuram fazer os trabalhadores pagarem o preço da crise - têm trazido de forma incontornável à baila debates clássicos no interior da esquerda: socialismo ou barbárie, revolução ou reforma, democracia formal ou real (dos trabalhadores), partido de massa ou de vanguarda etc.

Para contribuir com a formação política das novas gerações de militantes e com os debates estratégicos da atualidade lançamos o **CADERNO TEÓRICO PRAXIS.** Encaramos, assim, o desafio de publicar textos consagrados do marxismo revolucionário (Marx, Lênin,Trotsky, Rosa Luxemburgo) e, principalmente, elaborações político-teórico da corrente Internacional Socialismo ou Barbárie.

O presente caderno contém o artigo ***Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos Estados socialistas.*** É o primeiro a apresentar uma série de temas que a **corrente Internacional Socialismo ou Barbárie** esta elaborando, tais como: concepção leninista de partido e sua atualidade no século XXI, transição ao socialismo, imperialismo e nacionalismo burguês, crises capitalistas da atualidade, rebeliões populares, BRICs. Esses temas, nos próximos números, serão apresentados ao leitor com o qual queremos, oportunamente, estabelecer um processo de discussão para que, através do fraterno e sincero intercâmbio de ideias, possamos marchar juntos cada vez com mais clareza para derrubar o capitalismo e construir o socialismo.

A luta contra a opressão patriarcal-capitalista ganha o mundo

Por Rosi Santos

Como parte da situação política mundial, marcada por uma etapa de rebeliões em centros políticos e econômicos em todo o mundo, a luta contra a opressão das mulheres ganha repercussão planetária e não foge às determinações políticas mais gerais[1]. É nesse contexto que se coloca a possibilidade e a necessidade de relançar um movimento feminista socialista que abarque a luta contra a opressão de gênero como central na luta da classe trabalhadora pelo socialismo.

Antes de adentrar diretamente na apresentação do artigo *Uma crítica marxista da família de Patrícia López* vamos perpassar alguns momentos decisivos na luta feminista objetivando resgatar o fundamental das questões clássicas para o movimento feminista socialista revolucionário.[2] Da mesma forma que no movimento operário, os avanços teóricos em relação à opressão de gênero guardam uma relação estreita com a luta direta das mulheres. Essa afirmação se pode constatar de forma bastante intensa nos marcantes processos sociais e políticos que se deram nos séculos XIX e XX.

Luta contra a opressão de gênero e luta anticapitalista

Iremos fazer um breve percurso histórico para demonstrar que apenas a partir da reflexão sobre as condições de vida concreta das mulheres, e dos oprimidos de forma geral, é possível elaborar uma teoria feminista que contribua para a superação das condições de opressão e exploração. As teorias que surgem apartadas do movimento concreto dos trabalhadores(as) não têm sido profícuas no sentido de contribuir para a sua emancipação, ao contrário, servem para justificá-la. Assim, cabe aqui, de modo sintético, esboçar os momentos mais marcantes da luta das mulheres e as posições de suas principais representantes.

A primeira onda de luta pelos direitos das mulheres vai da Revolução Francesa até a Comuna e Paris. Nesse período se destacam a inglesa Mary Wollstonecraft (a primeira a explicar a condição de inferioridade das mulheres pela educação sexista e colocar em questão que o atraso das mulheres tem uma origem natural). Temos também a figura heróica da francesa Olympia de Gouges, de origem camponesa e analfabeta, migrou para Paris, lutou ao lado dos revolucionários e escreveu o "Direito da mulher e a cidadania", acabou sendo guilhotinada em 1793.

conservadores a burguesia espreita para rearmar-se; dois deles se preocupavam enormemente com os bolcheviques no governo: a família e a pequena propriedade, que levavam em si o germe da sociedade de classe ainda quando não conlevavam exploração assalariada.

Lutamos para que o movimento revolucionário, desde os anos de deformação estalinista, recupere a "sutileza" da luta socialista como luta contra toda opressão e violência, pelejando por arrastar a opressão de gênero ao mesmo lugar que queria Engels para o Estado: ao museu de antiguidades, junto à roca e ao machado de bronze.

Mas ainda subsiste uma pergunta. Se a emancipação da mulher é uma tarefa socialista, ou seja, uma tarefa do movimento operário, para que se necessita de um movimento específico de luta contra a opressão de gênero? Concluamos esse artigo com a bela contestação de Trotsky:

"Vós poderíeis perguntar que sentido tem o trabalho de vossa organização, se a situação da mãe e da criança depende em primeira instância do desenvolvimento das forças produtivas do país, e só em segundo lugar da estrutura social (...). Em qualquer estrutura social, inclusive a socialista, pode ver-se enfrentada a situação de contar com os meios materiais necessários para alcançar um determinado avanço e, no entanto, não poder realizá-lo. As tradições servis, a estupidez conservadora, a falta de iniciativa para destruir velhas formas de vida, também se encontram na estrutura socialista como remanescentes do passado. E a tarefa de nosso partido e de organizações sociais como a vossa é extirpar os costumes e a psicologia do passado, e evitar que as condições de vida se mantenham em um nível inferior aos que permitam as possibilidades socioeconômicas.

"O desenvolvimento das forças produtivas não é necessário em si mesmo. É necessário para construir os cimentos de uma nova personalidade humana, consciente, que não obedeça a nenhum amo na terra, que não tema a nenhum senhor que esteja no céu; uma personalidade humana que resuma em si mesma o melhor de tudo o que foi criado pelo pensamento em épocas passadas; que avance solidariamente com todos os homens, que crie novos valores culturais, que construa novas atitudes pessoais e familiares, superiores e mais nobres que as que se originaram na escravidão de classes.

viam isto como uma limitação do movimento revolucionário geral. Parece ser que em meio à revolução os princípios tomam um caminho bem "prático". Muito longe do prejuízo de alguns trotskistas de antigamente acerca do que "o feminismo divide a classe operária e une a operária com a burguesa", se impõe a ideia verdadeiramente marxista de que a unidade da classe operária só é possível em base a luta por libertar aos mais explorados e oprimidos da classe, como as mulheres e as etnias e nacionalidades oprimidas.

Quanto a "unidade da operária com a burguesa", esse "perigo" existe em qualquer luta democrática. A nenhum marxista ocorria, por exemplo, dizer que não há que lutar pela libertação das colônias do imperialismo porque isso "une os operários coloniais com os burgueses coloniais". Parece-nos que este prejuízo parte de desconhecer que há um programa operário e socialista para a emancipação da mulher, contraposto ao programa feminista burguês, como há um programa operário para a libertação nacional contraposta ao programa nacionalista burguês, e que esta contraposição não descarta, mas na verdade exige, momentos de unidade de ação e uma política dos revolucionários até o movimento em seu conjunto.

Mas, a luta feminista não é só uma luta democrática. "A família é o último reduto da propriedade privada", escreveram Engels, Marx, Trotsky e outros. A burguesia demonstra uma grande sutileza ao atacar o marxismo pelo lado da família e da religião, coisa que já vem fazendo desde a época do Manifesto Comunista. Quando o questionamento ao capitalismo percorre o mundo, a burguesia, assustada, se refugia em "seu último reduto" conservador, o lugar onde as relações de exploração e opressão seguem revestidas de uma auréola moral, quando essa auréola já caiu do rosto da economia, das instituições do estado, etc.

E em momentos de transição ao socialismo, desde esses últimos redutos

Já em outra fase e ligada diretamente à luta operária contra o capitalismo se destaca Flora Tristán. Ela fundou a União Operária e dedicou a vida à militância revolucionária (é de Flora a frase que diz que a emancipação dos trabalhadores será obra dos trabalhadores e a emancipação das mulheres será obas das mulheres). Nesse período foi organizado a partir das feministas dos EUA o movimento sufragista que tinha como pauta o direito de voto, divórcio e condições de igualdade para as mulheres. Período caracterizado por manifestos, boicotes e atos eleitorais, nesse processo muitas mulheres foram perseguidas e presas.

Na Comuna de Paris (1871) se destacou Louise Michel como liderança feminista e uma das principais figuras públicas da Comuna. Michel organizou os clubes de amigos da revolução e um batalhão feminino que seguiu o mesmo destino revolucionário dos demais communards, ou seja, foi fuzilado pelas tropas contra-revolucionárias. Michel conseguiu escapar e ficou exilada durante anos, quando voltou à Paris foi ovacionada pelo povo e continuou a militância revolucionária e feminista.

O século XIX foi caracterizado pelas revoluções burguesas e por incipientes rebeliões populares. As mulheres estiveram presentes em todas as principais lutas da classe operária e por suas demandas específicas. A pauta central era as igualdades formais/democráticas. O centro da atividade do movimento era demonstrar que a desigualdade não tinha origem natural e também organizar as mulheres trabalhadoras nas insurreições populares que ocorreram até a primeira parte do século XIX.

No final do século XIX e início do século XX ganha força a luta das feministas revolucionárias que, além de lutar por igualdades formais, lutam pela revolução socialista. Abre-se um período onde se destaca a socialista alemã Clara Zetkin que se dedicou a organizar as mulheres dentro da internacional comunista. A primeira guerra separou as sufragistas burguesas das feministas socialistas. As sufragistas burguesas se calaram frente ao nacionalismo que defendia seus governos e estados imperialistas no conflito. As socialistas rechaçaram a guerra imperialista e chamaram a classe trabalhadora a se unir contra os patrões em todos os países.[3]

Em todo o processo de organização dos revolucionários na Rússia czarista o papel das mulheres foi fundamental. As revolucionárias se destacaram na organização dos trabalhadores nas piores condições de exploração e opressão czarista. Apesar do pouco destaque que a historiografia da ao papel das mulheres na revolução russa é importante notar que na revolução de fevereiro de 1917 – em outros períodos tiveram importante participação também- as mulheres operárias foram as que deram o pontapé inicial para a revolução.

Durante a revolução as mulheres obtiveram conquistas importantes ligadas à igualdade formal, direito ao divórcio, ao aborto, a proteção das crianças e participar de cargos públicos. Desenvolveu-se também o programa de socialização do trabalho doméstico (refeitórios públicos e lavanderias) e iniciativas para elevar o nível cultural das mulheres para que tivessem meios culturais e técnicos de emancipação. A partir de 1931 a contrarrevolução estalinista lançou uma série de decretos destinados a fechar as mulheres dentro das casas, tirando-as das fábricas e dos postos de mando do estado. Foi proibido o direito ao aborto e começou a perseguição aos homossexuais.
Na Guerra Civil Espanhola (1936-39) as mulheres também tiveram um papel de destaque. Desobedeceram a orientação estalinista de ficarem encerradas no trabalho de enfermagem e cozinha e passaram ao combate direto contra o franquismo, lado a lado com os seus companheiros de armas.
Outro período marcante foi o das décadas de 60 e 70, o Maio Frances, a luta contra a Guerra do Vietnã, a luta anticolonial, a revolução cubana e etc. Nesse período se conquistou o direito ao aborto na maioria dos países da Europa. Nesse período se reascendeu o debate sobre a centralidade da luta feminista no interior do movimento socialista.

O movimento feminista no Brasil

O movimento feminista brasileiro também conteve fases e tendências. A primeira fase começa no final do século XIX e vai até as primeiras décadas do século XX. Nesse período se chocaram duas linhas principais, as sufragistas lideradas por Bertha Lutz, que tinham como objetivo o voto feminino mas sem questionar a opressão da mulher com um todo. Para esse feminismo burguês a luta pela incorporação da mulher na vida pública não tinha por objetivo acabar com a opressão patriarcal, mas realizar apenas ajustes para que a família patriarcal-burguesa continuasse a existir de forma mais adequada aos novos tempos.
De outro lado havia um amplo setor que agrupa operárias, intelectuais de esquerda. Essas discutiam a questão da opressão da mulher em sua totalidade, a questão da educação, do direito ao divórcio, da igualdade sexual e é claro a participação política e a luta pela emancipação mais geral. Dentro desse setor há a ala mais radical (anarquistas e comunistas) que defende a emancipação da mulher e a revolução proletária, a principal figura pública desse setor é Maria Lacerda de Moura.
Depois de 1937 há um período de refluxo do movimento que se estende até a década de 70. Com a retomada do movimento feminista mundial na década de

Construíram toda classe de organizações sindicais e culturais de mulheres, e defenderam seus direitos contra os fascistas, contra a burguesia republicana e contra o estalinismo, que ao intervir na Guerra Civil para derrotar a revolução proibiu a participação das mulheres na luta armada. Desarmar as mulheres equivalia a debilitar as milícias populares que não obedeciam ao mando burguês.
Já Lênin e Clara Zetkin, quinze anos antes, haviam se chocado com a negativa de seus camaradas europeus quando se propuseram a promover a organização das trabalhadoras a partir de suas próprias reivindicações, chamando um "congresso internacional de mulheres sem partido" no que participassem inclusive as feministas burguesas, para levantar ali o programa revolucionário de emancipação da mulher que o estado operário intentava levar adiante.
E desde os primeiro tempos do movimento operário, revolucionárias como Flora Tristán tiveram que lutar contra a tendência do movimento sindical de expulsar as trabalhadoras por crer que sua entrada na indústria diminuía o salário geral, o que fez Flora escrever sua célebre consigna: "A libertação dos trabalhadores será obra dos trabalhadores mesmos, e a libertação das mulheres será obra das mulheres mesmas".
Nem todos os processos revolucionários foram acompanhados, como a Guerra Civil espanhola, por um forte movimento de mulheres. Nem todos os dirigentes que atuaram nesses processos tinham a cultura feminista de Flora, Trotsky ou Clara Zetkin. Porém, em todos esses processos, os revolucionários mais conscientes mostraram uma grande preocupação por impulsionar a luta das mulheres por suas próprias reivindicações, e quando não o alcançavam,

Luta de gênero e luta socialista

"Desgraçadamente, também de muitos camaradas se pode dizer que 'Escave/raspe o comunista e aparecerá o filisteu'. Escavando/raspando, naturalmente, num ponto sensível, em sua mentalidade acerca da mulher" (V.I.Lenin).

Na Espanha dos anos 30, antes da Guerra Civil, uma feminista reformista chamada Campoamor empreendeu uma luta parlamentaria pelo voto feminino em seu país. Conseguiu-o, assombrosamente, apoiando-se nos deputados de direita contra os de esquerda: por esses dias, o governo direitista de Primo de Rivera estava necessitado de mostrar alguma abertura democrática para competir com o movimento republicano, e os deputados republicanos – democratas, mas não fanáticos – não queriam saber de nada com que as mulheres votavam, porque as supunham muito influenciadas pela Igreja e temiam que o voto feminino daria vitória a direita. Quando a direita monárquica efetivamente triunfou nas eleições de 1933, todos deixaram a culpa a Clara, que foi expulsa de seu partido (o Radical Socialista) e repudiada por quase toda a esquerda parlamentaria. No ano seguinte tornou-se a fazer eleições, nas que obviamente também votaram as mulheres, e a Frente Popular ganhou por uma margem maior do que havia alcançado a direita um ano antes. Mas, isto não fez com que os democratas espanhóis reabilitassem Clara, que terminou seus dias exilada pelos franquistas e abandonada por seus correligionários.

O desprendimento com que estes democratas renegaram sua bandeira de sufrágio universal por conveniências eleitorais do momento pinta de coro inteiro como a burguesia constrói suas políticas: seja de direita ou de esquerda, a política burguesa é pragmática, não têm princípios. E o primeiro signo de adaptação à política burguesa de estalinistas, socialdemocratas e burocratas sindicais é a adoção desse "praticismo" burguês: os princípios estão bem enquanto não nos façam a vida difícil.

A vida dos revolucionários espanhóis era bastante mais difícil do que a dos deputados "de esquerda", no entanto empenharam todas suas forças para integrar as mulheres à vida política num país em que 80% delas eram camponesas analfabetas e o salário das poucas trabalhadoras que havia, cobravam-no seus maridos.

60/70, apesar da ditadura militar, o movimento feminista brasileiro ressurge entre as mulheres do exílio e dentro do país. Claro que no contexto da ditadura haviam limites para a ação pública do movimento feminista, mas não se pode desconsiderar o papel das mulheres na luta armada e na luta pela anistia. Com o fim da ditadura o movimento feminista se divide entre as organizações partidárias fundadas durante a ditadura militar (PMDB, que têm origem no MDB), as organizações que estavam na clandestinidade (PCB) e nas novas organizações de esquerda (PT).

Seguindo uma tendência mundial, no final da década de 80 surge o feminismo acadêmico nucleado em grupos temáticos que fazem parte de departamentos de ciências sociais das grandes universidades do Brasil. Nos anos 90 houve uma separação entre o pensamento feminista e o movimento de mulheres, o surgimento de ONGs profissionaliza o movimento de mulheres, que vão se dedicar à tarefa de incorporar as mulheres no mercado de trabalho, no empreendedorismo e na maior participação das mulheres na esfera pública.

É importante dizer que em todos esses processos e períodos o marxismo revolucionário sempre lutou para dar centralidade à luta contra a opressão nos movimentos anticapitalistas e para que um setor do movimento feminista incorporasse a luta pelo socialismo como única estratégica para lutar consequentemente contra a opressão de gênero.

A libertação da mulher é uma ação político-social

Nas décadas de 60/70 as feministas se dividem entre as que lutam contra o capitalismo e as que não questionam o sistema. Apesar dos debates entre feministas de vários matizes nesse período, a teoria feminista estava ligada a luta política das mulheres, as mulheres acadêmicas também eram ativistas de rua, ligadas aos sindicatos, partidos e movimentos.

Após a "Queda do Muro de Berlin" se abre uma etapa de profunda reação política e intelectual. Foi o período do fim da história, dos grandes relatos, das ideologias, da centralidade da classe operária e do trabalho para compreensão da sociedade, dos sujeitos sociais e etc.[5]

Nesse contexto aparece o feminismo institucional da atualidade, são herdeiras do feminismo de estirpe capitalista, ou seja, o feminismo que pensa não ser necessário destruir o capitalismo para superar a desigualdade e também que a desigualdade entre homens e mulheres seria superada pela distribuição igual de poder entre homens e mulheres. O grande objetivo, para essa perspectiva, é aprofundar a democracia burguesa, evitando conflitos e a participação das mulheres na luta de classes.

Como parte dessa onda intelectual no final da década de 80 surge na academia a Teoria Queer. Essa teoria, surgida em uma etapa de refluxo do movimento e que se fez por fora da luta de classes, tornou-se referência para o feminismo de gênero, é resultado de uma adaptação ao sistema capitalista patriarcal, pois nega a materialidade da opressão.

Para essa teoria o sexo se constrói a partir de um poder performático em que os gêneros feminino e masculino impostos pela heteronormatividade fazem com que os sujeitos encarem esse modelo de forma obrigatória, desta forma individualmente cada sujeito interpreta o corpo a partir do gênero.

O corpo se transforma em um campo de possibilidades em que o sujeito pode reinterpretar as determinações de gênero recebidas. Cada sujeito pode eleger atuar outros gêneros que não o par masculino/feminino. Assim, para essa teoria, romper com a heteronormatividade e com o patriarcado é uma questão de performance individual, um ato de valentia individual, a luta contra a opressão passa por uma ação individual. A questão fundamental que escapa a essa teoria é que a heteronormatividade se baseia sobre a opressão das mulheres dentro da família patriarcal como uma forma de garantir que o trabalho doméstico não seja remunerado.

Outro aspecto fundamental - que escapa a teoria queer - é que a heteronormatividade tem o papel de oprimir principalmente as mulheres, as crianças, os gays, lésbicas e travestis, então, no campo da luta contra a opressão de gênero não pode se perder de vista esse fato. A libertação da mulher tem um significado específico em relação a luta contra o patriarcado e a heteronormatividade. E essa opressão só pode acabar com o fim da família burguesa - o que não pretende a teoria queer.

Como vimos, com o arrefecimento da luta feminista na década de 80 as teorias pós-modernas ganharam terreno. Teorias que perdem de vista a base material da opressão e a necessária luta política (coletiva) para que a opressão de gênero seja superada. Parte importante do esforço político da atualidade é retomar, ajustar e ampliar a teoria marxista como única base político-teórico capaz de ser um ferramental que dê conta da luta contra a opressão e de construção de um projeto de emancipação total da classe trabalhadora em geral e das mulheres em particular.

Modelo patriarcal de família é base de sustentação do capitalismo

Reformas pretendidas no interior da família patriarcal - como querem as feministas burguesas ou reformistas - e as saídas individualistas - como pretendem as pós-modernas - não podem superar a opressão de gênero, pois está se sustenta em condições materiais de exploração do trabalho da mulher no interior da

turismo, chegando inclusive a fazer passar os hotéis de luxo para burgueses gays com serviço de garotos ao quarto como se fosse um avanço na igualdade de direitos.

"Rechaçar a obrigação do coito e as instituições que essa obrigação produziu como necessárias para a constituição de uma sociedade é simplesmente impossível para a mente hétero (...). Assim, quando é pensada pela mente hétero, a homossexualidade não é outra coisa que outra heterossexualidade".

As políticas de "integração" burguesas, as que aderem entusiasticamente funcionários de governos que se negam rotundamente a legalizar o aborto (como os do INADI argentino), fazem estragos na consciência coletiva e na situação dos integrantes das "minorias" sexuais, compelidos a intentar escapar da discriminação pela via de parecer o mais possível a "maioria", isto é, demonstrando que são bons para fazer o que o capitalismo espera das pessoas exitosas: casar-se e produzir lucros. Esteriliza-se assim o potencial revolucionário da luta contra a heteronormatividade. Não é de estranhar que o sistema patriarcal tenha cooptado para esta operação de mercantilização/ matrimônio ao ativismo gay de homens em maior medida que ao de lésbicas, em que há mais feministas.

A mesma utilização da palavra "minorias" é uma operação enganosa. Os não heterossexuais integram uma maioria que sofre a repressão sexual que rege no sistema capitalista patriarcal. À sexualidade das mulheres, qualquer que seja sua normalidade, deixou-se uma margem tão minúscula de normalidade, que a mínima expressão livre de seu desejo, em seguida, a joga no território do diferente.

Com o risco de que nos acusem uma vez mais de querer diluir a luta das minorias (outro dos pecados das feministas socialistas segundo o evangelho queer), consideramos que a luta contra a heteronormatividade é parte da luta feminista, e advogamos pela unidade de ambos movimentos para lutar pelas reivindicações de todos, na estratégia comum de abolição da família.

Para que esta transformação possa realizar-se sem significar a superexploração de uma dupla jornada, o trabalho doméstico, ou grande parte dele, tem que se converter também em produção social, na forma de creches, lavadeiros e restaurantes públicos, que prestem seus serviços com igual qualidade, ou pelo menos a mesma que alcançam atualmente como trabalho privado. E o mais importante: o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual de todas as crianças, tenham ou não pais, devem ser responsabilidade e tarefa do coletivo social. De todas as crueldades e absurdos do capitalismo, talvez o pior seja o fato de que, em um mundo onde um lápis ou uma taça se produzem combinando o trabalho e o saber de muitíssima gente, o destino de uma pessoa recaia em tão grande medida sobre a capacidade e vontade de somente dois.
Como vemos, assim como para o marxismo acabar com a exploração significa muito mais que "dividir a riqueza", superar a opressão de gênero implica muito mais que um salário para a dona de casa ou maridos lavando pratos: significa garantir que a participação de cada pessoa na produção e reprodução não dependa em absoluto de seu sexo, e que a vida sexual e afetiva deixe de estar assinada pelas necessidades da produção e reprodução sociais.

A luta contra a herenormatividade

Separar a sexualidade da reprodução afasta, além disso, toda a razão de ser da diferenciação entre hetero e homossexuais, e proporciona uma base consistente para a unidade da luta de mulheres e "minorias".
É claro que os marxistas apoiam o direito democrático do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo que reivindicam os movimentos gays em muitos países, mas não nos conformamos com que gays e lésbicas compartilhem com os heterossexuais as misérias da família na sociedade capitalista. Por exemplo, as misérias da mercantilização e a prostituição, sempre inseparáveis da família burguesa monogâmica e patriarcal. O sistema capitalista se esforça por criar uma aparência de integração dos gays – junto com o dispensar do movimento de mulheres – direcionando-os como clientes do mercado: boliches, roupa,

na vida doméstica que a burguesia, enquanto classe exploradora, precisa aumentar sistematicamente para manter a sua existência.
Patrícia Perez neste ensaio, além de fazer uma crítica riquíssima ao modelo patriarcal de família, aponta os equívocos das correntes majoritárias da luta feminista, bem como as insuficiências políticas e teóricas da esquerda mundial, principalmente na América Latina, em não tomar a luta contra o patriarcado de modo consequente. Como militante feminista e estudiosa do tema, López busca contribuir teórica e politicamente para o avanço da luta das mulheres a partir da corrente política feminista "Las Rojas" (As vermelhas) ligada ao Novo MAS e a corrente internacional Socialismo ou Barbárie.
Na Argentina, e em outros países, como Brasil, França, Costa Rica, Bolívia, Honduras, combatemos a ofensiva dos governos e da igreja em coibir, eliminar e criminalizar o movimento de mulheres objetivando um estado ainda mais sexista. Nestes países medidas extremamente reacionárias estão em curso. Desde a negação de direitos já garantidos, como o aborto em caso de estupro, até a vista grossa em relação à punição de agressores de mulheres. Parte dessa política reacionária é a criminalização da luta contra o tráfico de mulheres, o femicídio e pelo aborto livre, legal e seguro na rede pública de saúde.

Origem e natureza do patriarcado no Brasil

O capitalismo colonial brasileiro não somente fincou as bases da exploração econômica por meio da opressão exercida pela classe proprietária sobre os escravos negros, mas serviu também para cristalizar o preconceito e a opressão sobre as mulheres negras de forma mais bárbara do que sobre os homens.
Em Casa-Grande e Senzala - obra sobre o Brasil colonial que associa as relações familiares e escravistas patriarcais como fonte originária das relações de poder no Brasil, apesar de passiva de muitas críticas pela romantização da integração cultural e étnica brasileira- Gilberto Freire[6] é o primeiro a demonstrar que o patriarcado tinha bases fundamentalmente econômicas. Neste período era o indivíduo do sexo masculino (Senhor de Engenho) que tinha poder absoluto sobre os escravos, homens e mulheres, seus filhos, esposa, concubinas e agregados em uma grande propriedade, na qual o centro do poder estava na casa-grande.
A relação patriarcal é o *modus operandi* de todas as relações sociais. Trata-se da manifestação de uma prática social e de uma visão de mundo em que a propriedade é a base fundamental de todas as formas de mediação social, mediação que é transferida para todas as relações, sejam elas políticas, econômicas, ou seja,

não se limita ao ambiente privado.
Essa é uma das características mais marcantes do capitalismo brasileiro, ou seja, se constituiu se apoiando no patriarcado/patrimonialismo português e na escravidão. Foram as famílias patriarcais e escravocratas donas de engenho de cana de açúcar que constituíram o primeiro padrão patriarcal capitalista no Brasil e a principal unidade do capitalismo colonial.

Heranças do passado patriarcal-colonial

Estas bases da opressão, apesar das transformações forjadas pela resistência das oprimidas e oprimidos, persistem até os dias atuais, principalmente em relação à mulher. Apesar da industrialização brasileira ocorrida a partir da década de 30 e da intensa urbanização da partir da década de 50, as relações familiares brasileiras continuam marcadas pelo modelo patriarcal constituído no período colonial. No aspecto econômico, as brasileiras seguem com menores salários em relação aos homens que desempenham a mesma atividade que elas, mas nas relações familiares, pessoais, jurídicas e políticas há também um descompasso terrível.
A mulher brasileira é vista no interior do país e, principalmente, fora dele de forma machista e estereotipada. Anualmente centenas de turistas, vindos de várias partes do mundo, visitam o Brasil com o único intuito de realizar o chamado turismo sexual.
As casas-grandes foram centros de coerção patriarcal e religiosa, dois aspectos importantes para a organização capitalista nacional. Em relação ao aspecto sexual, Freire caracteriza esse modelo como patriarcalismo polígamo[8]. A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo povo brasileiro: da sua vida intima, doméstica, econômica e política. Portanto, o seu patriarcado é a representação do poder baseado em duas forças fundamentais: a escravidão dos mais "fracos" e a instituição do domínio do macho viril, capaz de submeter sexualmente várias mulheres.
A mulher é tida como propriedade do homem que tem o direito de lavar a sua "honra" com sangue, ou seja, a mulher ainda é vista como um não sujeito sobre a sua própria vida, seu corpo ou vontade. Ou seja, é a mentalidade patriarcal-escravagista que "justifica" o assassinato de duas mulheres a cada hora no Brasil, a ampla maioria desses assassinatos são motivados por razões "passionais"

O Brasil é o país do femicídio

No Brasil, apesar de a crise econômica mundial ainda não ter acentuado o seu caráter mais perverso, a realidade das mulheres é bastante crítica. Nos últimos

"O retrocesso reveste formas de asquerosa hipocrisia, e vai muito mais longe do que exige a dura necessidade econômica. O motivo mais imperioso do culto atual a família é, sem dúvida alguma, a necessidade que experimenta a burocracia de uma hierarquia estável de relações sociais e de uma juventude disciplinada por quarenta milhões de lares que servem de pontos de apoio à autoridade do poder" (León Trotsky, A revolução traída, 1936).
Maternidade compulsiva e disciplinamento da juventude foram bases para a instalação de um regime que, como hoje sabemos, não foi uma transição ao socialismo "detida" ou degenerada, mas uma transição a restauração do capitalismo.

A abolição da família

"A atitude marxista frente à família (...), a ideia de que o sistema familiar é uma instituição que fomenta a opressão classista e sexista, pode dar a entender que os socialistas estão intentando destruir o único refúgio que fica ao ser humano. Isto é o contrário do que defendem os marxistas. Nosso objetivo é destruir aquela forma de vida diante da qual há que se refugiar para poder sobreviver. Nosso objetivo é situar todas as relações humanas sobre a base do respeito mútuo, a igualdade e o afeto genuíno, abolindo a chantagem econômica e a desigualdade sobre os/a qual que estão/se está construindo o sistema familiar (...). Eliminar a dependência econômica que mantém agrupada, à força, a esta unidade básica da sociedade impedindo que se desenvolvam formas superiores de relação humana".
O acesso igualitário das mulheres a todos os setores da produção social implica igual acesso, tal qual o dos homens, a independência econômica. Isto já é um passo enorme enquanto a superação da opressão de gênero: a pobreza tem cara de mulher, e muitas suportam situações de violência por não poderem manter-se a si mesmas e a seus filhos. Mas, além disso, para o acesso igualitário à produção se faz necessário o acesso à educação, à sindicalização e à vida política, reforçando sua capacidade material e psicológica de fazer-se respeitar pelos demais, individualmente e como coletivo.

de trabalho (criança de futuros trabalhadores mais alimentação, vestimenta e alojamento dos atuais) se realizasse do modo mais barato possível para o sistema.

A partir deste momento, o capitalismo moveu-se sempre entre estas duas necessidades: utilizar as mulheres como exército industrial de reserva (por exemplo, em épocas de crise econômica ou guerra) e utilizar seu trabalho doméstico gratuito para reduzir ao mínimo possível o salário do trabalhador.

Por isso, quando a crise ou a guerra passam, o sistema começa a despedir as mulheres da produção e repões os homens. A ideia de que o lugar da mulher é o lar, ou de que se "tira o trabalho dos homens", faz com que provocar um grande desemprego feminino tenha menores custos políticos do que o desemprego masculino.

Há outras funções de reprodução que cumpre a família: uma é a reprodução da desigualdade social. Os bens de um proprietário, quando este morre, não se devolvem a sociedade, mas passam a seus filhos. Por meio da família, a burguesia se assegura da acumulação de riquezas em sua própria classe. As crianças que nascem em famílias despossuídas, ao contar para construir seu futuro somente com os recursos dos pais, irão quase inevitavelmente engrossar as filas dos assalariados.

Outra muito importante é a reprodução ideológica dos valores da sociedade de classe, mediante a repressão das novas gerações. Os bolcheviques no governo soviético, por exemplo, fizeram ingentes esforços econômicos e culturais para substituir a organização familiar por outra mais comunitária, com o fim de libertar a mulher do alheamento e da exploração domésticas e integrá-la à vida política e social, e oferecer a nova geração que crescia no estado operário um âmbito de criança e educação menos opressivo e isolado. Entre as primeiras medidas contrarrevolucionárias da burocracia usurpadora esteve a exaltação da "família operária" e o recorte de todos os direitos das mulheres que o estado operário havia promulgado, como o direito ao aborto, já que, ao dizer da burocracia, "havendo alcançado o socialismo, a mulher soviética não tem o direito de renunciar as alegrias da maternidade".

30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no Brasil mais de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década[9]. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465 anuais, o que representa um aumento de 230%, quase triplicando a quantidade de mulheres vítimas de assassinato no país.

No Brasil apenas 14,3% dos assassinatos de homens aconteceram na residência, em relação às mulheres essa proporção se eleva para mais de 40%. Ou seja, a maior parte dos assassinatos de mulheres ocorrem no espaço doméstico é cometido por seus parceiros, pais ou homens em geral.

Esse assustador número é comparável a uma situação de eliminação étnica ou de guerras civis e nenhuma política séria de combate foi criada diante dessa situação. O governo Lula criou uma lei de combate a violência chamada Lei Maria da Penha (esta lei leva o nome da ativista feminista cearense que ficou paraplégica após ser baleada pelo marido que a espancou ininterruptamente por mais de dez anos). A ironia é que a própria ativista homenageada com o nome da Lei, Maria da Penha, desamparada pelo governo brasileiro, teve que recorrer a instâncias internacionais para punir seu agressor.

Dados da Secretaria de Defesa da Mulher demonstram que a lei teve alguma eficácia somente no primeiro ano de criação, outros dados não oficiais apontam que atualmente a lei sequer atenuou os índices de violência contra as mulheres. Ou seja, as políticas sociais dos governos petistas demonstram em mais um tema que são medidas paliativas, pois são incapazes de resolver os problemas de maneira efetiva. No caso das mulheres, a política da bolsa família e de outras bolsas baseadas no pequeno crescimento do poder aquisitivo estão longe de solucionar a vulnerabilidade econômica, política e cultural, somada a falta de condições de proteção real das mulheres, leva à números mais elevados de agressão e mortes.

Vivenciamos ainda no cotidiano aspectos do Brasil colonial

Na medida em que a escravidão moral, econômica e política são construídas por meio de regras estabelecidas e garantidas pelo jogo de poder entre os gêneros, não é difícil estabelecer relações entre a herança escravismo e a atual situação das mulheres, principalmente das trabalhadoras e das mulheres negras.

Não se trata de vitimização ou de congelar os sujeitos históricos, até porque as mulheres, assim como os negros, sempre procuraram assumir suas próprias vidas, sendo agentes de complexas relações, transformações e de ambições coletivas e individuais que foram reprimidas pelo assassínio, chicote e pela ideologia, mas que encontraram e encontram formas de resistência mais ou menos organizada, mais ou menos radical.

Em uma rápida pesquisa historiográfica percebemos que logo após o fim da escravidão é possível notar o acirramento da luta e de algumas conquistas dos direitos das mulheres. Assim como os negros, as mulheres, apesar de a historiografia oficial negar a condição de sujeito, sempre resistiram à opressão e desde os tempos colônias são sujeitos da sua emancipação.
A crítica que Lopez faz à família nos traz expectativas de que é possível não apenas para a vanguarda socialista, mas também para as massas trabalhadoras como um todo o processo de desmistificação da "instituição sacra" da família patriarcal-burguesa (até mesmo alguns revolucionários não ousam ou se constrangem a se opor). No Brasil, país extremamente conservador e com a maior comunidade católica do mundo, a proposta de um modelo de família diferente, realizador para todos que a compõe, desafio que coloca López, parece ainda maior.

A hora e a vez das mulheres
Entramos em um novo ciclo no movimento de mulheres

Se na história oficial as mulheres tiveram os seus capítulos apagados, hoje as mulheres em suas lutas estão os reescrevendo. O mais fantástico está vindo de regiões que se consideraria impensável para o avanço das lutas contra o patriarcado, como o mundo árabe, a Índia, a África e várias outras regiões.
Ao contrário do que organizações que não possuem ativismo feminista, como PSTU (LIT), por exemplo, e correntes minoritárias no feminismo, como LER-QI (Fração Trotskista), teimavam em dizer, que estamos em um momento de total paralisia, que o movimento de mulheres não se levantaria tão cedo, que não se radicalizaria e que a mobilização passaria somente por questões sindicais, como a precarização do trabalho, as mulheres trabalhadoras têm tomado consciência do novo ciclo que se abre e diante da crise capitalismo é necessário responder à altura da sua tentativa de sobrevivência através da maior exploração dos trabalhadores, principalmente sobre as mulheres.
Mediante ao agravamento da crise econômica mundial, o setor que mais vem sofrendo violação de direitos são as mulheres. Neste marco, sem entrar no mérito das táticas políticas, mulheres em nível internacional têm levado às ruas suas demandas e exigências. Nos anos de 2010 a 2011 no Brasil,mulheres se mobilizaram contra a violência machista por meio de um movimento internacional que teve origem na Holanda e foi chamado Marcha das Vadias. Na Rússia houve manifestações contra o regime semi-ditatorial e em apoio ao grupo Pussy Riot, na Índia houve levantes populares diante dos casos de estupros, na

já que o baixo preço de seu trabalho tende a imbuir-lhes da ideia de que cumprir com seus trabalhos domésticos resulta mais proveitoso, e é, além disso, uma atividade mais agradável, com a qual se evita que se sintam tentadas pela fábrica, abandonando o cuidado de seus filhos e do lar. Deste modo, a Providência consegue seu propósito" (Andrew Ure, Philosophy of Manufactures).
Para abolir a divisão do trabalho entre os gêneros, a mulher teria que se integrar à produção social e a sociedade deveria absorver as tarefas domésticas como um setor/categoria da produção social. Com a revolução industrial, o capitalismo, a seu modo brutal, empregando milhões de mulheres e crianças nas fábricas, "cumpriu" por um tempo com a primeira parte deste programa:

"Até 1840, a maioria dos trabalhadores nas fábricas britânicas eram mulheres e crianças. As terríveis condições de vida e trabalho que os assalariados sofriam destruíram qualquer coisa que se parecesse a uma vida familiar normal, e o acesso das mulheres aos seus próprios ingressos lhes permitiu escapar da necessidade do matrimônio. Isto levou a muita gente (entre eles Marx e Engels) a falar da morte da família da classe trabalhadora", ainda que se deteve antes da segunda:
"De fato, a família não só sobreviveu, mas também floresceu, ainda com uma forma muito diferente. O capitalismo dependia de um aporte ininterrupto de mão de obra. Aqueles que dirigiam o sistema se davam conta progressivamente de que a família era a melhor maneira de assegurar-se desse aporte com um custo mínimo para eles. A partir de meados do século XIX fizeram-se intentos conscientes de recriar uma família estável entre as classes trabalhadoras. Isto colocava, em parte, a exclusão gradual de mulheres e crianças de certas áreas da produção e o pagamento de um salário familiar aos homens. Excluiu-se as mulheres, em particular, das indústrias que ameaçavam sua capacidade de ter filhos".
Os conselhos do simpático doutor Ure que presidem este ponto refletem muito bem este período, quando o capitalismo se dedicou conscientemente a reconstruir reconstruir uma família operária em que a reprodução da força

que explorar nos países dependentes: ainda que a mobilidade social (a possibilidade das pessoas de escapar da exploração) seja desejável para a democracia, sempre deve se manter um setor da sociedade em situação de trabalhar compulsivamente, ou não há trabalho algum e a sociedade morre.Teve-se que criar uma teoria para uma organização classista da produção, o socialismo científico, para dotar o movimento dos explorados de uma estratégia superior para toda a sociedade: abolir as classes acabando com a exploração em geral.

Neste terreno deve-se situar o problema. A abolição da opressão de gênero começa por abolir a divisão do trabalho entre os gêneros, que é o que os constitui, promovendo o pleno acesso das mulheres à produção social e a absorção pelo coletivo social das atuais funções econômicas da família, como um setor a mais da produção.

Este tipo de lutas são as que não querem promover as correntes dominantes no que hoje se chama oficialmente feminismo. Algumas delas, junto aos seus irmãos do posmarxismo que decretaram o fim da classe operária e o nascimento de múltiplos gêneros. Outras dizem que relacionar a opressão das mulheres com a função da família no sistema de classes serve aos marxistas para negar a necessidade da luta específica pelos direitos da mulher, já que estes seriam resolvidos em seu momento pela revolução socialista. Opinamos justamente o contrário: a compreensão de que a opressão da mulher é funcional ao sistema é condição para que exista um movimento de mulheres, porque como se constitui um movimento contra a opressão se não se toma consciência das razões dessa opressão, e da relação dessa opressão com o resto do mecanismo social, identificando assim inimigos e aliados?

As funções da família no capitalismo

"As mulheres que trabalham nas fábricas recebem em geral salários muito inferiores aos dos homens, e houve manifestações de lástima por elas a este respeito baseadas em uma simpatia talvez pouco ajuizada,

África revolta contra os estupros corretivos, no mundo Árabe as mulheres estiveram na linha de frente pela democratização e por direitos de igualdade e na Argentina a luta pelo direito ao aborto e contra o femicídio.

Para finalizar, o texto de Lopez deixa como questão central a ideia de que para realizar a transformação socialista é necessário realizar uma critica radical á estrutura patriarcal. Essa critica, ao contrário do que pregam as teorias feministas pós-modernas ou as reformistas, deve ser feita de "cabo a rabo", ou seja, que atinja todo o complexo da estrutura patriarcal-capitalista em seus fundamentos matérias e culturais. Para isso, o único caminho viável é construir um movimento político massivo, organizado e radical, na teoria, no programa e nas táticas políticas.

NOTAS:

[1] Veja "*Uma conjuntura internacional de status quo donde nada se soluciona*" in Socialismo o Barbarie n° 27.

[2] Para escrever essas linhas sobre a história do movimento internacional de mulheres nos apoiamos nos artigo "*Crítica a la desconstrucción reacionária del movimento de mujeres en Socialismo o Barbarie n° 23/24.*"

[3] Para o feminismo burguês a sociedade impõe um limite cultural ao desenvolvimento das mulheres, vetando-as o acesso aos postos importantes. Assim, a luta pela igualdade não apresentava questionamentos ao capitalismo, o desafio seria conquistar a igualdade formal e a redistribuição das tarefas dentro de casa sem questionar as bases materiais da opressão da mulher.

[4]Ver PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

[5] Para essa corrente intelectual o capitalismo demonstrou a sua superioridade em relação ao socialismo. Mas as rebeliões populares na America Latina e agora em outras regiões do mundo – a partir da grande depressão do século XXI iniciada em 2008 – recoloca o vigor das categorias marxistas, do movimento operário e da luta das mulheres em todo mundo.

[6] Casa grande e Senzala é a primeira obra que busca trazer as bases das relações de poder no Brasil, todavia não da conta de toda problemática em alguns casos não esclarece e em outros deturpam alguns pontos da origem da história nacional.

[7] Anualmente centenas de turistas, vindos de várias partes do mundo, visitam o Brasil com o único intuito de realizar o chamado turismo sexual.

[8] FREIRE.

[9](SINAN)

Retornando a um debate sempre atual

Uma crítica marxista da família

Patrícia López (Las Rojas)

"Para mudar as condições da vida devemos aprender a vê-las com os olhos das mulheres". Leon Trotsky, Problemas da vida cotidiana, 1924.

Introdução

Os delirantes golpistas hondurenhos publicaram nos jornais que os governos comunistas de Chávez e Zelaya propunham-se a estatizar as crianças. Se esta velha ideia de que os comunistas expropriam os filhos das pessoas se propagou alguma vez para provocar o horror das boas pessoas, apostamos que hoje qualquer medida nesse sentido seria recebida com um grande aplauso por muitíssimas crianças do Terceiro Mundo, necessitados desesperadamente de que a sociedade encontre o modo de se encarregar deles.

Um dos êxitos do capitalismo foi conseguir que a reprodução da força de trabalho siga sendo realizada como trabalho escravo pela mulher. E faz isto mediante uma enorme pressão cultural, e retirando da maioria das mulheres a possibilidade de independência econômica. Sobre esta base de desigualdade se institui a família. Porém, quando a crise joga na miséria a camadas cada vez maiores de trabalhadores, com suas sequelas de decomposição social, violência e abandono, esta desigualdade se torna a base do femicidio que percorre o planeta.

A família se tornou o lugar mais perigoso do mundo. Isto quer dizer que, salvo em situações de guerra, mais pessoas são agredidas dentro de sua casa por um membro de sua família do que por um estranho em um espaço público. Destas pessoas, 78% são mulheres e 18% crianças. No entanto, a ofensiva em defesa da família e contra os direitos das mulheres e das minorias sexuais,

Esta crise no Encontro de mulheres, que é o evento principal da reunião do movimento no país, demonstra que o movimento de mulheres não ficou (não podia ficar) fora da situação de polarização geral: a direita burguesa, em seus intentos de impor seus próprios modos de dominação, arrasa com o status quo populista representado pelo governo K no pós Argentinaço, e o movimento operário e popular oferece diante desses avanços uma forte resistência. As correntes feministas tradicionais e pós-feministas ficaram presas entre estas forças, e terão que se definir. Esta situação de "politização de fato" que começa a sofrer o movimento abre para o feminismo revolucionário uma grande oportunidade de avançar sua construção.

Busca-se uma estratégia

A partir deste necessário panorama do movimento de onde estamos, Las Rojas, nos construindo, passemos a um plano mais teórico. Mais além das diferenças que mantém entre si,a incapacidade das ideologias dominantes no feminismo de hoje para configurar um movimento de luta tem que ver, a nosso juízo, com um "esquecimento" enquanto ao conceito de gênero.Esquecem que a sociedade impõe a mulher ser de certa maneira, que é para destiná-la a fazer certo trabalho. E que isto ocorre ao gênero mulher não como uma soma de sujeitos sociais com certas características, mas como um sujeito social: a mulher é mãe da sociedade capitalista, é a que faz o trabalho de reprodução (crianças e tarefas domésticas) como trabalho não pago, no âmbito privado da família.

Obviamente que muitos indivíduos de sexo feminino, inclusive multidões deles em certos períodos, podem eleger não ser mulher no sentido de não aceitar o ser nem o fazer impostos pela sociedade a seu gênero, conta-se com uma série de vantagens econômicas e culturais. Porém, o problema subsiste: quem faz o trabalho?

Adam Smith dizia que se a riqueza se repartisse entre todos por igual, ninguém iria querer trabalhar. Este é o sentido comum com que a burguesia justifica a exploração, e também a busca imperialista de novos contingentes humanos aos

Las Rojas foi se construindo numa luta tratando de responder a duas necessidades. Uma, mais estratégica, tem que ver com o relançamento da luta pelo verdadeiro socialismo depois deste ser tão abastardado e sujo pelos anos de dominação estalinista, e obscurecido pelas deformações do trotskismo do segundo pós-guerra. A nosso juízo, o socialismo não tem que ser visto como uma mera transformação de relações de propriedade, mas com uma revolução de todas as relações de opressão, e entre estas a opressão do gênero ocupa um primeiríssimo lugar, não só porque as mulheres são a metade da humanidade, mas também porque por meio da instituição familiar se reproduzem e se naturalizam todas as relações de opressão do sistema.

A outra é uma necessidade política, mais imediata, porém muito importante. Nos intentos dos ideólogos do capitalismo pós-caída do Muro por criar teorias opostas ao classismo e ao marxismo, a questão de gênero (como também o indigenismo e o autonomismo sindical) tem sido uma "favorita". Inclusive o acesso de mulheres aos altos mandos dos estados burgueses tem sido publicizado como um avanço a democracia, e a "ONGização" da miséria feminina como um "empoderamento" das mulheres pobres. Se queremos contribuir para a recomposição do movimento revolucionário, não podemos evitar a luta contra as ideologias pós-modernas em todos os campos.

Esta luta contra a burocracia feminista, que pugna por manter o movimento de mulheres fragmentado, isolado e despolitizado de maneira a conservar suas próprias alianças com o Estado burguês, tem sido uma verdadeira escola de luta política e um importante meio de construção partidária durante nosso cinco anos de participação no Encontro Nacional de Mulheres e nas ações e debates do movimento durante o resto do ano. E teve um ponto de inflexão no último Encontro em outubro de 2009, quando nós, Las Rojas, impulsionamos a unidade de ação de centenas de mulheres que junto a nós retiraram as militantes católicas das oficinas, a golpes contra a tropa de choque do PCR e ao grito de "PCR traidor".

liderada pela igreja e setores da direita política, vai transcendendo o âmbito das missas e passado a luta política direta. Agudizado pela crise mundial, o capitalismo intenta diminuir os gastos do Estado (iniciando pelo que teve de fazer na América Latina para conter as rebeliões de começos de século) transladando a responsabilidade pelos efeitos sociais da crise, desde o Estado ao âmbito privado, para a família.

Assim, os males da decomposição social, ao invés de custar dinheiro, custarão somente a vida dos mais débeis e a ruína física e psicológica dos demais. Os governos "progressivos" da América Latina facilitam esta operação. Suas políticas sociais não têm modificado em nada a situação das mulheres na sociedade. A reação econômica, enquanto durou, não as retirou do desemprego ou do pior trabalho informal e pior remunerado; o direito ao aborto lhes foi negado e as políticas de saúde reprodutivas não tiveram efeito sobre a quantidade de mortes pelo aborto clandestino; os mecanismos policiais e judiciais demonstraram-se absolutamente incapazes de combater ou prevenir a violência contra as mulheres; nenhuma estatística mede o desemprego das mulheres; nenhum plano de trabalho ou habitação as tem como objetivo preferencial, e nenhum plano estatal significativo inclui a criação massiva de viveiros/casas. E enquanto não surja um movimento de luta das mulheres capaz de imprimir seu selo próprio no movimento operário e popular, as coisas seguirão assim.

A situação do movimento de mulheres na argentina

Esta falta de força do programa próprio do movimento de mulheres entre os das lutas populares parece contraditória em um mundo em que, a qualquer lado em que se mire há algo "de gênero": comissões de gênero, secretarias de gênero, cátedras de gênero, ONGs de gênero, e um setor dedicado ao gênero em todas as livrarias. E ainda mais na Argentina, onde milhões de ativistas sociais, gremiais e políticas se encontram a cada ano no Encontro Nacional de Mulheres com as militantes de todas as correntes do feminismo.

Este encontro começou a realizar-se faz 25 anos como um espaço de intercâmbio e debates da militância feminista. Depois de 2000, ao calor das lutas do Argentinaço, o Encontro se encheu de mulheres dos movimentos sociais, jovens ativistas estudantis e lutadoras gremiais. O encontro entre a militância feminista histórica e esta vanguarda de dezenas de milhares de ativistas era mais que propício para dar a luz a um forte movimento de luta das mulheres.

Desde esse momento se iniciou uma luta política no interior do Encontro. Os anos de derrota e cooptação por parte do Estado haviam feito seu trabalho nas correntes feministas históricas, que já haviam renunciado à mobilização como método para conseguir suas demandas; a ampliação da vanguarda de luta de mulheres provocada pelo ascenso do movimento popular só produziu o temor de que "seu" Encontro fosse "encurralado pelos partidos de esquerda". Sua luta desde então consiste em manter "o espírito do Encontro", ou seja, mantê-lo como um espaço de reunião e debate, porém bloqueando a possibilidade (aberta objetivamente pela irrupção do Argentinaço) de que milhares de mulheres de todo o país que contribuíam ali possam decidir uma ação nacional permanente em comum. Esta negativa, na realidade, estende-se a todas as ações do movimento fora do Encontro, porque chegaram a levantar atos e assembleias convocados por elas, quando contribuíam as mulheres da esquerda.

O PCR, que maneja majoritariamente o aparato de organização dos Encontros, adere a esta política: ainda que tenha construído uma frente de massas no movimento dos desempregados (a Corrente Classista e Combativa), não tem nenhum interesse em massificar a luta feminista (como não tem em nenhum aspecto da luta política que tenha que ver com o desenvolvimento da consciência, segundo corresponde a todo bom partido estalinista) e sim muito interesse em manter este aparato sob seu exclusivo controle. Seu grande aporte político a estes esforços para evitar que os Encontros se transformem no congresso unificador de um movimento de luta das mulheres se relaciona com sua histórica aliança com a igreja católica.

Com a desculpa de que "damos bem-vindas a todas as mulheres, crentes ou não crentes", utilizam a participação das militantes católicas nas oficinas para dar corpo a essa "minoria a que não se deve obrigar", minoria que sem as católicas seria praticamente inexistente em questões como o direito ao aborto e a anticoncepção, por exemplo.

Qual é a armadilha de fundo do funcionamento por consenso? Se se tratasse como no começo, de encontros feministas, teria mais sentido (relativamente) funcionar por consenso, já que damos por sentado que as assistentes têm alguma base ideológica e algum objetivo comum. Mas quando o Encontro se massifica e se converte em campo de luta de todas as correntes políticas do país, incluindo o Estado e a Igreja (isto é, incluindo mortais inimigos dos direitos das mulheres), o consenso fica objetivamente bloqueado, e manter a ficção do consenso só faz com que uma ínfima minoria imponha sua vontade à enorme maioria. E a vontade do Estado e da igreja é, justamente, alcançar a paralisação de um movimento que, ao calor do levantamento popular primeiro e da crise capitalista agora, ameaça cobrar força e grande legitimidade popular, e se se radicaliza pode constituir-se em um elemento revolucionário. A burocracia feminista se alia com os estalinistas em cumprir com esta vontade da classe dominante, em troca de que lhe deixem um lugarzinho onde prosperar nas instituições do regime.

A isto veio somar-se a corrente queer, que analisamos em um texto separadamente, com sua ideologia de fragmentação da mulher em infinitas identidades, cristalizada em uma infinidade de pequenos grupos que não podem nem devem unir-se em uma luta em comum sob pena de "diluir" sua especificidade no movimento geral.

Nós, Las Rojas, vimos dando luta para que nos Encontros se decida um plano de luta nacional pelo direito ao aborto, denunciando a cumplicidade do Estado no tráfico de mulheres e na violência chamada "doméstica", pela unidade do movimento de mulheres com as lutas operárias, tudo no caminho de construir um movimento feminista de luta, independente do Estado e aliado ao movimento operário e popular.